

**CORPOS EM FLUXO E GESTÃO DA VIDA CONECTADA: NOTAS SOBRE A
CONSTITUIÇÃO DE SI A PARTIR DAS PRÁTICAS DE USO DE TELEFONES
CELULARES**

CUERPOS EN FLUJO Y GESTIÓN DE LA VIDA EN CONEXIÓN: NOTAS SOBRE LA
CONSTITUCIÓN DE SÍ DESDE LAS PRÁCTICAS DE USO DE TELÉFONOS
CELULARES

BODIES IN FLUX AND CONNECTED LIFE MANAGEMENT: APPOINTMENTS
ABOUT SELF CONSTITUTION FROM THE MOBILE PHONES USE PRACTICES

Claudia Dipolitto de Oliveira Scire

Universidade de São Paulo

claudia_scire@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal chamar a atenção para algumas questões que se inauguram a partir de uma reflexão sobre as práticas de uso de objetos extremamente presentes na vida social atual a saber, os telefones celulares. O intuito é descrever e analisar alguns dos fenômenos imbricados nas novas possibilidades de se conceber e interpretar práticas e relações sociais e, ao mesmo tempo, trazer à tona reflexões sobre os sujeitos que se constroem em meio a este processo enquanto sujeitos conectados e dependentes da conexão.

As reflexões aqui apresentadas têm cunho ensaístico e pretendem dar conta de questões como a constituição de novas cartografias corporais, que não excluem o uso e “acoplamento” dos celulares aos corpos, ao mesmo tempo em que se buscará explicar este processo de dependência e sujeição aos aparelhos enquanto resultado do espraiamento da subjetividade pelos fluxos de uma cadeia de conectividade da qual celulares e todos nós, enquanto usuários, fazemos parte.

Espera-se demonstrar como toda esta rede não escapa aos eixos do mercado sendo os celulares elementos agenciadores deste processo à medida em que impactam e reconfiguram o regime de gestão das vidas na contemporaneidade, abrindo ensejo para se pensar sobre as formas de controle e os regimes de subjetivação que entram em cena. Fato este que destaca a necessidade de um aprofundamento do debate



sobre os pontos de tensão que se apresentam num momento em que os campos de experiência e ação cotidianas parecem inteiramente capturados de modo a envolver-nos no processo de reprodução do capital.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo llamar la atención sobre algunas cuestiones que surgen a partir de una reflexión sobre las prácticas de uso de objetos extremadamente presentes en la vida social actual: los teléfonos celulares. El objetivo es describir y analizar algunos de los fenómenos ligados a las nuevas posibilidades de concebir e interpretar las prácticas y relaciones sociales, y al mismo tiempo reflexionar sobre los sujetos que se construyen en el medio de este proceso como sujetos conectados y dependientes de la conexión.

Las ideas aquí presentadas tienen corte ensayístico y están destinadas a tener en cuenta cuestiones como la formación de nuevas cartografías corporales, que no excluyen el uso y la vinculación del artefacto a los cuerpos, al mismo tiempo que se tratará de explicar este proceso de dependencia y sujeción a los dispositivos como resultado de la difusión de subjetividad por los flujos de la cadena de conectividad a la que todos nosotros, como usuarios, pertenecemos.

Se espera demostrar cómo toda esta red no escapa de los ejes del mercado y cómo los celulares son elementos esenciales de este proceso, ya que impactan y remodelan el régimen de gestión de las vidas en la sociedad contemporánea. Además, invitan a pensar en las formas de control y los regímenes de subjetivación que entran en juego. Este hecho pone de manifiesto la necesidad de un debate más amplio sobre los puntos de tensión que se presentan en un momento en que la experiencia diaria y los campos de acción parecen del todo capturados con el fin de conducirnos hacia el proceso de reproducción del capital.

Abstract

This work aims to draw attention to some issues that emerge from a reflection on the use of objects extremely present in the current social life, namely the cell phones. Our aim is to describe and analyze some of the overlapping phenomena in the new possibilities of conceiving and interpreting practices and social relations and at the same time bring to light reflections on the subjects that are built in this process while connected and connection dependent subjects.

The ideas presented here have an essayistic nature and are intended to account for

issues such as the formation of new body mappings which does not exclude the use and coupling of the cell phone to the users' bodies. We will seek to explain this process of dependence and subjection to the devices as a result of the spreading of subjectivity by the flows of a connectivity chain which the cell phones and all of us, as users, belong.

We expected to demonstrate how all this network does not escape the market axis and how cell phones are important elements of this process as they impact and reshape the contemporary lives management regimes, opening opportunities to think about control and subjectivity regimes that come into play. This fact highlights the need for further debate on points that are presented when the experience and fields of daily action seem entirely captured in order to involve ourselves in the capital reproduction process.

Palavras-chave: telefones celulares, práticas de uso, corporalidades, controle, subjetivação

Palabras clave: teléfonos celulares, prácticas de uso, corporalidades, control, subjetivación.

Key words: cell phones, use practices, corporeality, control, subjectivity.

Introdução

Vivemos no espaço-tempo da conectividade. Práticas de ser e estar no mundo passam, cada vez mais, pela utilização de artefatos que permitem a conexão e, com isso, o acesso a distintas dimensões espaço-territoriais a partir de regimes de velocidades que colocam as concepções de tempo num patamar inédito¹. Isso acaba conformando novos campos de ação social nas mais distintas práticas cotidianas, seja no âmbito da gestão da rotina, da geração de valor ou, ainda no que diz respeito aos regimes de corporalidade.

O presente artigo toma esse contexto como ponto de partida para colocar em discussão algumas questões relacionadas aos sujeitos que se constroem enquanto conectados e suas respectivas práticas de gestão da vida e de seus corpos. A partir da análise de algumas práticas que envolvem o uso de telefones celulares e o acesso à conectividade permanente, busca-se colocar em discussão elementos relacionados a processos de interação social, regulação de condutas, gestão das vidas,



problematizando também o novo jogo de relações nas formas movimentos e práticas envolvendo corporalidades, que a vida em conexão acaba por engendrar.

As reflexões aqui apresentadas partem de um conjunto de dados e informações obtidos a partir de uma investigação mais ampla situada no contexto de uma pesquisa de doutorado, que buscou analisar as práticas de uso e consumo de telefones celulares no Brasil (Sciré, 2014). Embora o intuito deste artigo não seja trazer à tona os discursos dos entrevistados e os resultados desta pesquisa, algumas das ideias aqui apresentadas partem de uma reflexão crítica dos dados apresentados na tese, acompanhadas de uma reestruturação de alguns pontos que haviam sido apenas esboçados no estudo inicial. Uma vez que se trata de repensar as práticas de uso de celulares à luz dos modos de ser-estar contemporâneos, procurou-se atualizar a discussão a partir da consideração do advento da proliferação massiva de artefatos de conexão —os Smartphones— e seus respectivos usos, cada vez mais intensos.

Num primeiro momento, voltaremos o olhar para novos regimes de corporalidade que o uso de artefatos como os celulares inauguram. A visão conceitual de corpos moventes, *em fluxo*, a partir do momento em que novos regimes de mobilidade entram em cena, permite pensar em desterritorializações e suas consequências no regime de interações sociais. O intuito é problematizar a relação entre corpos e espaços que ocupam ou pelos quais transitam. Buscaremos destacar algumas consequências na forma como as pessoas concebem e atuam em relação aos espaços nos quais estão situadas a partir dos quais falam e para os quais se referem.

Essas novas práticas de gestão corporal igualmente oferecem subsídios para questionarmos que subjetividades são essas, cujas práticas de ser e se relacionar com o outro prepassam um quase que “acoplamento” desses artefatos de conexão aos corpos humanos. Subjetividades ciborgues? Buscaremos detalhar algumas facetas deste processo, apontando que vale mais a pena pensar em termos de desfragmentação de partes de vida em uma cadeia cuja ampla extensão é gerada por uma relação cada vez mais intensa entre usuário e objetos e que a partir práticas de conexão colocam em ligação uma série de elementos, inclusive a própria vida *per se* dos usuários, de forma que tem se tornado cada vez mais difícil desvencilhar daquilo que a conexão nos proporciona.

Por fim, entraremos mais a fundo nas concepções de gestão das vidas, buscando lançar luz a este conceito a partir de uma reflexão das práticas em jogo presentes numa vida cada vez mais conectada. Formas de ser-estar em consonância

com modelos de gestão das vidas atrelados a processos de geração de valor ganham força e merecem ser discutidos.

Acredita-se que essas relações entre subjetividades conectadas e modos de vida e seus respectivos efeitos estejam no cerne do debate sobre as micropolíticas do cotidiano na contemporaneidade, fato que destaca a necessidade de um aprofundamento do debate sobre os pontos de tensão que se apresentam num momento em que os próprios campo de experiência e de ação cotidiana parecem inteiramente capturados de modo a envolver cada um de nós no processo de reprodução do capital, pelo simples fato que tempos da vida tornaram-se quase que integralmente tempos de conexão. É neste sentido que se espera contribuir, ao destrinchar que forças têm atuado nesse processo bem como sua articulação com formas de exercício do poder e do controle na conformação de subjetividades conectadas e dependentes da conexão. Espera-se demonstrar como é aí que residem elementos-chave que permitem afirmar que uma redefinição das formas de subjetivação está em jogo.

Anexo metodológico

Os argumentos centrais aqui expostos foram elaborados com base numa reflexão crítica acerca dos resultados de uma pesquisa de doutorado, que visou compreender alguns efeitos que os telefones celulares e seus usos geraram sobre a dimensão das práticas sociais bem como sobre alguns conceitos caros à teoria social (Sciré, 2014). Embora esta pesquisa tenha tido um escopo um tanto quanto diferenciado e mais amplo do que aqui será apresentado, seus resultados deram margem para alguns elementos importantes cuja discussão merece ser reforçada. Dentre eles, a questão das novas corporalidades em jogo, a ideia de celular como extensão dos corpos, a noção de cadeia sociotécnica da conectividade, a reflexão sobre os impactos das práticas de conexão na gestão das vidas nos processos de produção de valor. Em seu conjunto, tais questões levantam a possibilidade de discutir mais a fundo a noção de subjetividades e suas re-definições em meio às novas práticas contemporâneas.

É importante salientar que o presente texto assume um caráter distinto daquele apresentado na tese, uma vez que parte de sua releitura e de uma construção ensaística de algumas ideias que emergiram ao longo da investigação, mas que não foram desenvolvidas no estudo original. É a partir de tal releitura que se pôde chegar a algumas das principais questões e problematizações aqui apresentadas e que propõem formas inéditas de encarar a constituição do social e das subjetividades em



meio a processos trazidos pelo uso e consumo de tecnologias.

Cartografias de um corpo em fluxo: de receptor fixo a terminal móvel de conexão e suas interações disruptivas

Pescoços flexionados, colunas curvadas, olhos fixos em telas. Desdos que se movem. Deslizantes. Orelhas obstruídas com fones. Mãos que não soltam os artefatos para nada. Para aonde quer que olhemos, ao menos um destes sinais é visualizado em alguém possua um celular. Trata-se de *corpos* aqui denominados *em fluxo*, não apenas porque moventes, ou sujeitos a novos regimes de mobilidade que colocam em jogo a comunicação e o trânsito de informações (Lemos, 2007), mas principalmente porque nesses trâmites, eles mesmos transmutam-se, passam a ser outros corpos e a viajar por espaço-tempos distintos, ainda que não fisicamente, mas virtualmente.

A proliferação dos celulares enquanto artefatos de conexão tem engendrado mudanças significativas nas formas como lidamos com nossos corpos e como os apresentamos à interação social. Uma mobilização extrema de nossos gestos e nossa atenção e percepção cognitiva para o que se passa nas telas destes objetos parece ganhar força tamanha —muitas vezes em detrimento do que se nos apresenta à nossa frente— que em alguns casos, é possível repensar a ideia dos regimes de presença e ausência nas interações sociais.

Sabemos que a possibilidade de comunicação com o distante, situado em um outro contexto, não é recente. Contudo, o que os celulares trouxeram à tona foi a potencialização do que telefones fixos já faziam, somado ao fato de que a comunicação ocorre de forma cada vez menos ininterrupta e de forma simultânea aos movimentos. Para se comunicar, receber uma chamada, já não é mais necessário estar fixado espacialmente. Com os celulares, a informação passa a se mover junto com os sujeitos, apoiada e suportada através destas tecnologias que permitem a conexão e comunicação concomitante aos deslocamentos no espaço. Novos regimes de mobilidade entram em cena.

A mudança do ponto de conexão do fixo para o móvel significou também uma alteração no status de quem realiza a conexão. A partir dos celulares, liga-se para uma pessoa, que se torna a unidade da conectividade —o que praticamente anula a importância do espaço para o qual se está ligando.

Consequentemente, o que temos aí são *corpos em fluxo*: moventes conectados, comunicantes. Corporalidades nas quais gestos de atachamento aos artefatos tornaram-se incorporados ao ser-estar, à execução práticas cotidianas. A



intensidade destas práticas refletem um novo rol de gestos, ações, movimentos do corpo. Mas não só. A cognição bem como a relação entre mente e gestos corporais também se altera. E, com isto, as formas e modelos das interações sociais e o posicionamento diante da iminência das mesmas.

Ao colocarem seus usuários em situações de acesso permanente e ininterrupto contato com interlocutores situados em diferentes pontos do espaço físico, independentemente da distância que os separe, os celulares permitem pensar numa emancipação das distâncias físicas no momento do contato com o outro. Se é possível pensar na criação de múltiplas realidades nas quais novas territorialidades se conformam a partir das práticas de comunicação à distância, inauguradas pelas tecnologias informacionais (Lévy, 1999), conseqüentemente, é possível também interpretar o fato enquanto uma desterritorialização não física, mas parcial dos corpos, de seus focos de atenção, que viajam de acordo com as conexões que se estabelecem.

Isso porque a comunicação com outros que não estão presentes no espaço físico tende a gerar um distanciamento, ainda que parcial, desta realidade espacial por quem está realizando a conexão. Se formos nos deter numa observação não tão criteriosa de alguns ambientes das grandes cidades, iremos perceber como usuários parecem esquecer o que se passa à sua volta quando entretidos com seus aparelhos, seja via chamadas ou práticas de navegação na Web.

Por isso, cabedestacar algumas conseqüências na forma como as pessoas concebem e atuam em relação aos espaços nos quais estão situadas. Em primeiro lugar, tudo se passa como se o processo de desterritorialização colocado em jogo pela conexão e interação com o contato distante tornasse possível a quem fala esquecer sua localização física ao longo da conversa e abrir mão das interações que tais espaços propiciam.

Alguns autores apontam para o fato de que o simples toque de telefone celular já traz transformações na sociabilidade mediada em espaços públicos e privados e na própria concepção destes (Licoppe e Smoreda, 2005; Licoppe, 2008; Katz, 2008). Assim, a posse de um artefato e constante manipulação do mesmo em um espaço tende a “quebrar” a ordem (antes tida como mais fluida) da interação. Possíveis interlocutores sinalizam que não estão assim tão disponíveis a interagir, outros, momentaneamente disponíveis tornam-se indisponíveis. É como se a utilização ou mera manipulação destes artefatos indicasse, de alguma forma, que não se quer ser perturbado por uma sociabilidade pautada pela proximidade do contato físico no



espaço público, sendo a simples presença do celular elemento propiciador de evitação da interação entre estranhos (Turkle, 2008).

Tais práticas acabam servindo não só para colocar em questão as noções de presença e ausência dos corpos como também para renegociar a percepção do espaço social versus privado (Katz, Lever e Chen, 2008). Ao se observar os agentes que travam processos de fala e comunicação através do celulares, percebe-se como estes, a tomarem os espaços propícios para desenvolver suas conversas de caráter privado ao celular, engendram processos de abstração de tal condição pública, tornando tais espaços propícios para desenvolver suas conversas (ao menos para quem fala). A ideia de desterritorialização de corpos faz-se, assim, sentir, nesse contexto, no qual mundos privados e microrrealidades se conformam em meio à esfera pública, em que se discutem (não raramente ao alcance dos ouvidos de todos) problemas pessoais, íntimos e relações (Palen, Salzman e Youngs, 2000).

Apartir desse ponto de vista, é possível interpretar cada momento de conexão enquanto gerador de uma interrupção na ordem interação momentânea e sua colocação em segundo plano, em detrimento de uma ligação ou mensagem. Como consequência desse fato tem-se que a dinâmica da ordem social da interação, espacialmente baseada, altera-se pela interrupção trazida por chamadas, recados ou mensagens vindos de alhures (Agre, 2001). Para Ling (2002), tal processo gera uma quebra nos canais de ações pretendidas que compõem o escopo da ordem da interação, uma vez que demanda dos indivíduos estratégias verbais e gestuais para justificar o afastamento momentâneo (a sua própria desterritorialização), para manter o status de isolamento durante as chamadas e troca de mensagens, para marcar a natureza da atividade realizada, para sair das atividades de interação pré-existentes e para reintegração ao fluxo do ambiente local após o término da chamada e envio de mensagens.

Todo esse rol de práticas ajuda a visualizar corpos em fluxo constante, pelos contatos e demandas que chegam pelas telas e os fazem viajar a outros espaços e tempos, mas igualmente corpos capazes de sinalizar, a partir de práticas inéditas, que estão ocupados e manejando interações em outros registros. É a partir deste ponto que é possível afirmar que regimes de corporalidades sofrem uma mudança digna de re-significação a partir do advento e proliferação do uso de celulares.

Mãos sempre ocupadas ou orelhas quase coladas nos ombros. Olhos que raramente encaram o que está à frente, ou que alternam movimentos de cima para baixo ou vice-versa. Formas de se colocar no espaço público muito mais

introspectivas, no sentido de voltadas a um espaço criado num processo de interação com atualizações que chegam às telas pela conexão à Internet. Cartografias dos corpos que revelam a alteração no jogo de relações em suas formas, movimentos, expansões e contrações. Já não somos os mesmos a flandar com nossos pés pelos espaços públicos. Flandamos pelo *feed* de notícias do Facebook com nossos dedos.

As consequências destes novos padrões corporais ainda estão para ser destrinchadas. Por ora, inauguram-se elementos que alimentam práticas de julgamento moral de parte desses gestuais —contribuindo para problematizar noções de etiqueta nas interações sociais. Porém, sabe-se que até o momento estas noções do que é “certo” ou politicamente correto ainda seguem em negociação —haja vista a dificuldade em impor que pessoas desligem seus aparelhos em determinados locais e eventos.

Corporalidades ciborgue, celulares como extensão dos corpos ou fragmentação e descoporificação pelas infovias digitais?

O monitoramento constante das notificações, a utilização das múltiplas funções e dos recursos que os possíveis aplicativos que um aparelho oferecem e, é claro, a possibilidade receber e realizar chamadas configuram uma situação na qual os celulares têm se apresentado como indispensáveis à vida cotidiana. Há quem diga que não consegue viver sem. Se a bateria acaba e não se está com o carregador no momento, o celular passa de um status de “vivo” para “morto”. Sentimentos de luto, desamparo, frustração e desespero emergem, ao lado da necessidade de “ressuscitá-lo” o mais rápido possível. Não raro, expressa-se que celulares fazem parte da vida (ou, mais intesamente, do corpo) como nenhum outro objeto jamais o fez.

Diante desse contexto, em qual registro é possível compreender as práticas acima descritas? Como interpretar a relação entre formas de subjetividade e esse regime de “acoplamento desejado”, para além da dependência, sem cair em explicações reducionistas de um determinismo tecnológico²?

Parte da literatura a respeito das práticas des uso de celulares vem utilizando o conceito de “extensão do corpo humano” ou “extensão do *self*” no intuito de demarcar simbolicamente o papel que os artefatos têm assumido nas práticas cotidianas (Hulme e Peters, 2001; Townsend, 2000; Katz, 2006). Para os autores, trata-se da primeira peça de tecnologia digital que diretamente muda a experiência íntima das pessoas e de seus corpos, de seus sentidos de suas capacidades, das possibilidades cotidianas, na medida em que o celular se constitui como um objeto que vai além e/ou que está



para além de seu usuário.

Em registros distintos, há ainda, outras representações simbólicas às quais o aparelho é remetido e que dialogam diretamente com essas noções, por exemplo a de cordão umbilical —pois permite que pais sintam-se constantemente em contato com seus filhos ou, até mesmo para que adultos sintam-se menos solitários ou vulneráveis quando com um artefato em mãos (Geser, 2003). Aponta-se que a ligação do usuário com o artefato é tão significativa que a perda ou o afastamento do aparelho assemelha-se simbolicamente à perda física de um membro do corpo (Hulme e Peters, 2001) ou do cérebro (por causa da memória nele registrada) (Katz, 2006).

Sabe-se que Marshall Mc Luhan (1974), já nos anos 70, muito antes do surgimento dos telefones celulares, inaugura parte dessa discussão, ao afirmar que qualquer tecnologia ou invenção é uma extensão ou auto-amputação de nossos corpos. As ideias de Mc Luhan encontram-se plenamente relacionadas às formas como os próprios usuários enxergam seus aparelhos celulares. Extensão de seus corpos não só porque atuam com extensão dos ouvidos e da fala, mas principalmente porque atuam como elemento facilitador da comunicação sem precisar gerar deslocamento no espaço físico. Extensão, ainda, da memória humana (através dos contatos, mensagens, fotos e demais arquivos gravados no aparelho ou no chip). E amputação porque quando se percebe que, a partir de seu uso, as pessoas desaprenderam ficar desplugadas ou a conviver com a possibilidade de estarem inacessíveis: assim, a ausência do aparelho é geradora de uma sensação de amputação.

A noção de ciborgue também tem sido usada há algum tempo para se referir ao regime de simbiose de nossos corpos com elementos maquímicos. O termo, que se refere a todo tipo de intervenção física ou medicamental (Gray, Mentor e Figueroa-Sarriera, 2004), mas tem se expandido ao ponto de Donna Haraway defender que hoje somos todos ciborgues, uma vez que na atual relação tão estreita entre as pessoas e a tecnologia, não é mais possível distinguir onde termina o humano e começa a técnica (Haraway, Kunzru e Tadeu, 2000).

Para Haraway (2000) como para boa parte da literatura ser ciborgue tem a ver com o aprimoramento das capacidades humanas, em outras palavras, corpo pensado como máquina de alta performance e com o humano entendido como um ser que habita redes. Entra em jogo uma modificação do modo como se pensa o ser humano, uma vez que máquinas introduzem uma simbiose profunda conosco.

Nesse sentido, como apontam Gonçalves, Oliveira e Pizzi (2004), a conceituação sobre o ciborgue pode ser mais proficuamente pensada se encarada



como um novo paradigma a partir do qual é possível refletir sobre a relação que o humano mantém consigo, ou seja, na forma como as metanarrativas sobre o humano passam a ser construídas. Mais do que defender ou justificar porque indivíduos com celulares em mãos podem ser ou não considerados ciborgues, é interessante notar a inflexão que se produz nos discursos sobre as potencialidades ou fragilidades dos sujeitos nessas condições. Seres estes que se constroem em conjunto com a tecnologia que produzem. É nesse eixo que gostaríamos de seguir com a argumentação.

Aí entram em cena duas interpretações com posicionamentos distintos. Primeiramente, a possibilidade de interpretar essa figura híbrida de ligação homem-máquina enquanto capaz de provocar deslocamentos na experiência de si e constituição de subjetividades a partir de outras possibilidades existenciais em direções distintas às impostas pelos regimes de normatividade (Stubs, Teixeira Filho Peres, 2014). Em, em segundo lugar, enquanto fortalecedora de uma ideologia de obsolescência do corpo humano *per se*, engendrando espaço para uma reflexão sobre a sua consequente manipulação que busca otimizar sua performance, e que, ao mesmo tempo faz emergir outros tipos de corpos e subjetividades: autocontrolados, inspirados no modelo empresarial e que não escapa às novas formas de controle, conforme pontua Sibilia (2002).

Uma vez que os aparelhos e infovias têm se tornado mais humanos porque colocamos partes significativas de nossas vidas para circular a partir das conexões que eles engendram, parece estar em jogo uma noção de sujeito ampliado a partir da conexão com a rede, como afirma Mitchell (2003) —nós como parte de rede e as redes como partes de nós.

Compreender essa constituição do ser-estar conectado, tida cada vez mais como necessidade, os elementos que aí se fazem presentes e as práticas em jogo levou-nos ao diálogo com a noção de cadeia sociotécnica. A inspiração vem de Bruno Latour (1994, 1999), que pontua que cada objeto técnico é formado por cadeias de associações heterogêneas entre usuários e dispositivos e que condensam práticas e relações diversas.

Para Latour, cada objeto deve ser concebido enquanto conformado —e, ao mesmo tempo, conformador de— uma rede de arranjos materiais diversos, dos quais fazem parte humanos, ferramentas, elementos verbais, materiais, ações, discursos num conjunto denominado arranjo sociotécnico. Nas palavras do autor, desta composição que mobiliza coisas, pessoas e suas correlações resultaria uma totalidade



sem unidade e tampouco pontos fixos, sempre aberta, capaz de crescer para todos os lados e direções e composta apenas por agenciamentos e linhas que se cruzam, formando cadeias de associações —as chamadas *assemblies*— e que conformam campos possíveis de ação, os *scripts*.

É possível enxergar o processo de geração dessa cadeia enquanto uma construção social que é fruto da forma como os usuários têm se relacionado com os celulares ao longo do tempo. Ou seja, a partir do momento que esses aparelhos saem das lojas e começam a ser utilizados e incorporados às rotinas, inaugura-se uma relação que só tende a gerar cada vez mais apego. Isso porque conforme passamos a usá-los, este uso foi se retroalimentando e criando uma cadeia de conexões da qual é difícil escapar.

A partir do constante uso do aparelho —o conjunto de chamadas e mensagens de texto e de voz, as fotos tiradas, as músicas salvas como favoritas, o eterno adicionar/ excluir contatos das agendas etc.— conformam-se jogos de relações através dos quais é possível pensar e descrever a vida dos usuários. É como se, aos poucos, parte da vida de cada um se desmanchasse em fatias digitalizadas se fizesse igualmente presente nos seus aparelhos, de forma mais ou menos fidedigna à vida real, dependendo do grau de uso e de intimidade de cada um. Ligações, mensagens, fotografias, filmagens, músicas armazenadas, links diversos e todos os elementos que circulam num amplo espaço comunicacional ajudaram a criar uma verdadeira rede, cujas dimensões estão para além dos limites físicos, chegando ao ciberespaço.

E essa cadeia que nos liga diretamente aos celulares começou a crescer cada vez mais cada vez que colocávamos conteúdo para circular. Em outras palavras, fragmentamos, colocamos nossa vida no fluxo e passamos a depender da conexão para gerenciá-la. Hoje, o esforço para se manter fora do espaço comunicacional é muito maior do que dentro dele.

Assim, parte do que aqui chamamos de cadeia sociotécnica da conectividade pode ser compreendida ao se considerar este espaço comunicacional entre os diversos usuários que interagem entre si via celular e os elementos que nele transitam. O que transita pelo espaço comunicacional móvel não são apenas elementos responsáveis em parte pela manutenção ou quebra de relações sociais. É preciso atentar para o fato de que eles, em seu conteúdo, mobilizam sentimentos e relações afetivas, estes também atuantes na conformação e constante alimentação da cadeia sociotécnica da conectividade.

Contudo, é interessante notar como mais do que repositórios de emoções ou



diários pessoais, os Smartphones e a conectividade a eles atrelada abriram eixo para que esses pedaços digitalizados das subjetividades dos usuários ganhassem poder de circulação—graças à capacidade de memória cada vez mais expandida nos aparelhos, que aparece como um elemento capaz de facilitar o acesso a múltiplas referências pessoais. As mensagens guardadas, fotos, filmagens etc. já não têm mais sentido se apenas memórias fixas. Elas precisam circular para ampliar seu significado e atingir outros públicos.

Ora, se as emoções se encontram imersas nos fios que compõem a cadeia sociotécnica da qual também fazem parte os aparelhos, suas funções, seus usuários, bem como a própria conexão que permite a troca e o armazenamento de arquivos, a questão do vínculo entre usuário e aparelho passa a se explicar pelo apego ao conteúdo emocional mobilizado. Sugere-se, aqui, que o estabelecimento de uma relação emocional com o aparelho se dê justamente a partir da relação emocional que se tem com o conteúdo nele armazenado e com todos os conteúdos possíveis que ele permite fazer circular.

Ao mesmo tempo, todo o rol de funções que o artefato foi assumindo e absorvendo, concomitantemente ao processo de “fragmentar e colocar a vida no fluxo” ajudou a erguer outro pilar sobre o qual essa relação simbiótica se apoia. Conforme os usuários exerciam uma participação cada vez mais contínua e crescente na alimentação desta cadeia que se ampliava —também pelas possibilidades técnicas que se inauguravam— a relação que se estabeleceu com os aparelhos se colocou em termos de dependência emocional.

Se hoje o celular tem se convertido no artefato que articula a relação de cada um com sua própria vida e emoções, é possível entender que o ser-estar em conexão torna-se a chave necessária para a execução de uma série de práticas. É como se o usuário se sentisse banido do acesso a alguns dos elementos que compõem esta cadeia sociotécnica, que ele mesmo ajudou a construir e da qual depende cada vez mais, mas que, naquele momento, tem seu fluxo interrompido.

Dessa forma, enquanto a ideia de extensão revela que o celular se constitui como um objeto que vai além de seu usuário e/ou que está para além dele, pelo conteúdo nele inserido, mas que de alguma forma está fixo e armazenado, a noção de cadeia sociotécnica permite perceber que se trata, na verdade, de um emaranhado único de associações que unem celulares de um lado e usuários de outro, interligados via inúmeros agenciamentos comuns e em fluxo.

Por outro lado, a potencialização trazida pela noção de ciborgue ganha sentido,



ao se pensar que com um celular com acesso à conexão em mãos é possível fazer transitar e acessar conteúdos e elementos que, de alguma forma, ajudam-nos a executar tarefas que levaríamos mais tempo ou faríamos de outro jeito. Contudo, é possível afirmar que esta não é uma via de mão única, ou seja não somos apenas nós, humanos que estamos mais maquínicos. Toda a rede sociotécnica da qual fazemos parte é também uma rede humanizada, pois carrega fragmentos e descorporificações subjetivas pelas infovias. E é nessa associação que reside a força e, ao mesmo tempo, os elementos que cada vez mais os prendem à cadeia da conectividade. Como afirmaria Latour, a associação celulares-usuários permite-nos “fazer-fazer” coisas de uma forma inusitada, que gera novos campos de ação dos quais se torna mais difícil abrir mão, uma vez que concretizados.

Vale ressaltar que estas subjetividades conectadas e dependentes da conexão também foram construídas nesse processo de construção da cadeia sociotécnica da conectividade. Da mesma forma como o uso se estabeleceu e se intensificou ao longo do tempo, usuários se conformaram enquanto cativos da tecnologia, pois à medida em que desenvolveram um grau de intimidade e um conseqüente apego muito maior a seus aparelhos, eles também passaram a incrementar cada vez mais a cadeia com conteúdos que dizem respeito à sua individualidade e emoções.

Assim, se o uso de celulares enquanto possibilidade de acesso a tudo e a todos tem ganho cada vez mais importância, é porque fomos convidados a adentrar no mundo da conectividade permanente e a alterar nossas práticas a partir de novos agenciamentos propostos. Aprendemos a viver no imperativo da velocidade, da resposta instantânea para nossas perguntas e qualquer momento de desconexão passou a ser vivenciado enquanto privação.

Contudo, é possível afirmar que o diagnóstico de dependência e acoplamento a estes artefatos está muito além da mera fragmentação de subjetividades pelas infovias. Ela envolve outros elementos que permitem pensar numa verdadeira gestão da vida cotidiana, regulação e governo de condutas, além da própria a produção de subjetividades que passa a ocorrer entremeadada pelos fios dessa rede de associações.

Gestão das vidas e condução de condutas: agenciamentos de poder em meio ao uso de aplicativos

Vimos como no arranjo sociotécnico reconstruído cotidianamente pelas práticas de uso de celulares entram em cena agenciamentos que, materializados em programas ou funções específicos, dão ensejo para que os usuários insiram cada vez mais suas



vidas na cadeia da conectividade. Contudo, desta cadeia também fazem parte outros tantos elementos que, através de imbricações diversas com programas como aplicativos, acabam por englobar e abarcar as vidas dos usuários, de forma a mobilizar agenciamentos que colocam em prática uma gestão mais eficiente das vidas.

Após a conversão do celular em um computador de bolso capaz de executar praticamente qualquer tarefa, observa-se como ganham espaço programas diretamente voltados para acompanhar a vida do usuário e auxiliá-lo a executar diversas atividades. Os pontos de ancoragem de tal processo se fazem visualizar em uma série de aplicativos que visam medir, categorizar, armazenar práticas e hábitos cotidianos de forma a auxiliar numa gestão mais eficiente da vida de quem deseja fazer uso deles. Por exemplo, quem quer controlar e organizar seus gastos e despesas cotidianos pode contar com a ajuda de programas específicos que, ao sincronizarem os gastos do cartão de crédito e das contas bancárias, geram boletins financeiros que são enviados para o e-mail do usuário sobre os locais e categorias dos gastos e seus respectivos valores. No quesito saúde, há também aplicativos que ajudam a controlar as horas de sono. Ao monitorar a atividade, criam-se gráficos com padrões de sono para mostrar quando o usuário dorme melhor. Quem deseja emagrecer pode também utilizar aplicativos que fazem um plano de consumo de calorias de acordo com o peso que o usuário quer alcançar e propõem uma série de tarefas a serem realizadas.

Haveria uma série de outros exemplos a destacar. Acredita-se, porém, que os descritos acima sejam suficientes para explicitar como, para além de questões mais utilitárias —nas quais é possível perceber que o que está em jogo (ao menos em termos de proposta) é a economia e otimização de tempos— ao fim e ao cabo, o que se acaba por engendrar é a gestão da vida de cada um, seja via melhor organização da rotina, melhoria das condições físicas, de saúde, direcionamento das potencialidades etc. E tudo isso opera nas associações entre uma série de dados e informações pessoais com os elementos técnicos que fazem estes programas funcionarem, o que quer dizer que para que estes programas que permitirão ao usuário ser ajudado, orientado, informado possam ser acionados, é preciso que sejam alimentados com dados e informações pessoais, incrementando a cadeia sociotécnica.

A partir daí, é possível sugerir a conformação de agenciamentos de poder que reforçam um novo regime de gestão das vidas, pelo que tais programas sugerem e propõem aos seus usuários em termos de práticas, pautados cada vez mais por parâmetros, os quais cada um toma como modelo para atingir determinado grau de



desempenho tido como aceitável nos mesmos termos do que foi apontado por Sibilia (2002). As associações entre dados pessoais e as informações de base destes programas permitem gerar elementos, como boletins estatísticos que acabam, por critérios previamente estabelecidos, aproximando ou distanciando as vidas de quem resolve se monitorar dos padrões de eficiência e eficácia, daquilo que é tido como bom, saudável, organizado, etc.³

Digno de interesse é que longe de ganharem força a partir de uma imposição exterior aos indivíduos, tais agenciamentos de poder são potencializadas pelos próprios usuários, a partir do trânsito constante de dados pela cadeia e que alimentam práticas de automonitoramento, visando constantemente “corrigir” o que há de errado e seguir os padrões do que é considerado certo e eficiente, numa eterna corrida a fim de gerir os riscos para se viver melhor.

A reflexão acerca da existência destes agenciamentos e as consequentes práticas de gestão de potencialidades evoca questões que já haviam sido colocadas por Michel Foucault (1987 e 1988.a) em suas considerações sobre os regimes de poder, com a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie na ordem do saber e do poder e no campo das técnicas políticas e sua respectiva relação com o controle social e as formas de constituição dos sujeitos atreladas a eles. É possível sugerir que os agenciamentos aqui descritos e que atuam na avaliação e direcionamento de condutas dos usuários dialoguem com o registro apontado e nomeado pelo autor de biopoder, no qual o que está em jogo, é conseguir tirar proveito das potencialidades de cada um e fazê-las render. Encontram-se claramente prenunciados procedimentos positivos de poder que promulgam trazer saúde, ordem, segurança, adequação etc., mas igualmente engendram mecanismos infinitesimais nos quais procedimentos de autocontrole e automonitoramento se instauram e se tornam constantes.

Vale, porém, ressaltar que a própria forma como tais agenciamentos operam, revela um deslocamento nas formas de exercício do controle social, tal qual conceituado por Foucault (1998.a). Em primeiro lugar, não se está diante de práticas que são impostas visando disciplinar as forças da diferença, tornando-as dóceis a um controle generalizado e homogêneo. O próprio formato e as condições em que tais agenciamentos se colocam vão de encontro ao que foi colocado por Deleuze (1992) sobre a sociedade de controle, sociedade pós-disciplinar. Conforme aponta o autor, há que se supor que os dispositivos apontados por Foucault estejam operando em outro diagrama de relações.

Diferente da modelagem própria das disciplinas, entram em cena outros jogos



de poder. Trata-se, aos olhos de Deleuze, de controles modulares, que não se restringem a espaços físicos e que se ajustam, a cada momento, às situações e circunstâncias. Aí que se encontram embutidos “processos de normalização, de modulação, de modelização, de informação que se apoiam na linguagem, na percepção, no desejo, no movimento, etc., e que passam por microagenciamentos” (Deleuze, 1992: 158).

Nada mais semelhante, ao que foi aqui colocado a respeito do conjunto de associações sociotécnicas envolvendo os celulares⁴ e usuários. É possível identificar a lógica sutil, mas extremamente constante e rizomática destes agenciamentos de poder nestes aplicativos que atuam, em parte enquanto jogos, em parte enquanto programas estatísticos, em parte enquanto conselheiros especializados. E os dispositivos que emergem das associações entre dados pessoais e conexão à Internet estão cada vez mais automatizados nos próprios mecanismos de funcionamento dos celulares, sem que seja preciso baixar qualquer programa.

Há que se questionar se, nesse conjunto de propostas que visam descrever, documentar, automonitorar ações para assim ajudar as pessoas a “viver melhor”, os modos de subjetivação, nos termos de Foucault (1998.b) —produzidos por mecanismos de adestramento, vigilância e observação dos corpos que, na sua forma ideal, criam modos de viver, instaurando de si para consigo uma autovigilância que, de algum modo, interioriza e dá continuidade ao olhar do outro e à norma por ele representado— não acabem por se alterar. Porém, diferentemente dos dispositivos presentes nas formas de controle social modernas, que incluíam a interiorização da norma e dos valores a ela associados como condição de sua eficiência —o controle social contemporâneo parece visar diretamente a própria ação, modulando o comportamento em duas frentes: (1) pela ameaça calcada no risco e voltada para o futuro e as consequências das ações presentes; e (2) pela promessa da otimização da performance e pela exigência de melhores resultados nos diversos planos da vida profissional, pessoal, social etc. (Sibilia, 2002; Bruno, 2013).

Pode-se inferir, portanto, que os resultados das associações entre usuários, seus dados, atividades rotineiras e demais dispositivos encontram-se atravessados, enquanto elementos de saber, por agenciamentos de poder que tomam parte na conformação de novas formas de ser, cada vez mais regidas por práticas de gestão baseadas nos elementos que surgem da associação de dados em conexão. As formas de poder que operam em outro registro caracterizam-se por transferir para os próprios sujeitos o campo de visibilidade e monitoramento que antes era voltado sobre eles,



com base no apoio das ferramentas tecnológicas, ao mesmo tempo em que lhes é atribuída a responsabilidade pela gestão de suas vidas, como se o “auxílio” conferido por tais mecanismos servisse apenas para acelerar e otimizar as práticas, e não direcioná-las e conformá-las.

Embora se possa questionar se tais agenciamentos constituem de fato elementos capazes de conformar individualidades por completo, a proposta é fazer com que os sujeitos que daí emergem sejam vistos como indivíduos ativos, autônomos e que sozinhos autorregulam suas vidas. Por isso, é possível traçar uma associação entre as práticas de autogestão, amparadas pelos dispositivos de poder que emergem das associações entre dados pessoais e conexão à Internet, com as chamadas tecnologias de si —nos termos colocados por Foucault (1982).

Contudo, há que se supor que em alguns casos estas técnicas acabem se tornando tecnologias de dominação individual, uma vez que a transposição de práticas cotidianas para a cadeia sociotécnica da conectividade não se diferencia muito das técnicas analisadas pelo autor ao longo dos séculos, tais como a escrita de si, as confissões, o autoexame, a psicanálise, etc., nas quais agenciamentos de poder levaram ao desenvolvimento de formas específicas de subjetivação. Desta forma, sujeitos autogovernáveis com base em critérios estabelecidos de acordo com a lógica do desempenho e gestão de riscos vão se constituindo e conformando seus modos de viver cada vez mais amparados pela posse e necessidade constante de uso dos artefatos celulares.

É preciso, ainda, seguir e destrinchar um outro lado desse processo. Espera-se mostrar como esses novos modos de viver e elementos de gestão e direcionamento de práticas a eles associados atuam em consonância com outros agenciamentos de poder que envolvem o mercado e suas estratégias.

Sujeitos presos às cadeias de conexão: mercado e geração de valor

Vimos como atualmente qualquer atividade que englobe o uso do celular coloca em circulação informações sobre a vida dos usuários. Uma vez que estar em conexão e estabelecer relações em rede, fazendo transitar informações e operando continuamente conjunções e disjunções de agenciamentos é o que pauta grande parte das nossas práticas cotidianas, praticamente todo momento tem se tornado uma porta aberta para a coleta de uma série de informações pessoais.

Sabe-se que existem inúmeras empresas especializadas no tratamento destas informações, que posteriormente são oferecidas de forma sistematizada ao mercado,



cada vez mais interessado em saber quem são seus potenciais clientes, o que fazem, como agem e o que buscam quando em conexão. A partir de técnicas de mineração de dados, torna-se possível processar os dados colhidos e cruzá-los com uma série de outros dados de forma a construir, com base em métodos estatísticos indutivos, possíveis perfis comportamentais e de consumo que vão alimentar estratégias de marketing (Arvidsson, 2004).

E o principal objetivo da criação de perfis não consiste tanto em produzir um saber sobre um indivíduo identificável, mas em usar um conjunto de informações pessoais para agir sobre indivíduos similares que possuem padrões de comportamento em comum. Observa-se, assim, que a dissolução e fragmentação de indivíduos nestes dados e informações coletadas e processadas pelos dispositivos eletrônicos (Kanashiro, 2009) opera em consonância com a produção de indivíduos — conjunto de modulações dinâmicas e funcionadas das identidades individuais— no interior de amostras, conforme apontado por Deleuze (1992).

Torna-se, assim, evidente que se está diante de um outro registro no qual as técnicas de poder operam e se fazem presentes. Se os dispositivos de vigilância correspondentes a essas formas de poder parecem operar menos sobre corpos do que sobre dados e rastros, os sujeitos que contribuem para tanto não precisam ser pessoalmente identificados para serem monitorados como objetos eventuais de poder e controle” (Bruno, 2013: 47). Por isso não caberia falar em identidades, a não ser em um sentido pontual e provisório, uma vez que os perfis não atendem a critérios de verdade e falsidade, mas sim de performatividade.

Tendo isso claro, fica fácil perceber como, na lógica atual dos mercados, trata-se de modular sistematicamente os consumidores —permitir o acesso dos perfis “certos” às situações, lugares e produtos apropriados, extraindo de suas diferentes facetas (gostos, hábitos e práticas) lacunas para a inserção de um universo específico de bens e serviços (Zwick, 2009). Diante deste novo regime de poder entram em cena formas de governamentalidade, pelas quais se trata de viabilizar que subjetividades sejam produzidas e constantemente geridas e moduladas (sobre o que eles podem e não podem desejar, conhecer, escolher) de acordo com critérios de mercado.

Assim, faz-se interessante notar como a força de tais controles esteja no fato de que o ingresso da vida na cadeia sociotécnica da conectividade não se dê de forma separada da articulação constante com o mercado. A transposição e movimentação de informações pessoais por todo e qualquer sistema que se valha da conexão à Internet torna cada um de nós responsáveis pela divulgação e propagação de dados que se



converterão em informação passível de ser apropriada e retrabalhada com a ajuda de dispositivos especializados.

E aqui faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que a cadeia sociotécnica da conectividade dá subsídio para que princípios de poder que se baseiam na utilização ativa das práticas cotidianas dos usuários para acionar regimes de produção de valor operem. Em outras palavras, a reprodução da vida e a geração de valor a partir daí se encontram em plena consonância com os fluxos que circulam na cadeia sociotécnica da conectividade e contribuem de forma significativa para a reprodução e expansão do próprio mercado.

Visto por um outro ângulo, são os usuários os empregados voluntários desses serviços, capazes de valorizar sites gratuitamente e elegê-los locais da moda, ao acessarem a plataforma e postarem seus comentários. São também os usuários os responsáveis por tornar alguns aplicativos valorizados no mercado, pois quanto maior o número de usuários em determinada plataforma, mais caras as taxas para a exposição de publicidade.

Termos como *producers* e *prossumption*⁵ permitem evidenciar a dinâmica em curso na qual usuários parecem se transformar em geradores de conteúdos essenciais que contribuem para processos de geração de valor a partir do momento em que se engajam em determinadas plataformas na rede (Fuchs, 2011). Nesse sentido, os celulares e a cadeia sociotécnica engendrada a partir de seu uso podem ser considerados enquanto centrais no processo de valorização de nossos dias porque, no fundo, trata-se da produção de agenciamentos que permitem que o tempo da conexão seja direcionado para atividades que acionem a produção do valor.

Isso levanta uma outra questão. Se a conexão com o mercado é intrínseca à conectividade e se o tempo da vida é tomado cada vez mais pelo tempo da conexão, pode-se supor que nossas próprias vidas, práticas, atitudes, nossa forma de ser-estar conectado tenham se tornado elementos essenciais para a produção de valor. Essa relação redefinida fica clara quando se considera que o acesso à cadeia sociotécnica da conectividade se tornou uma prática intrínseca a praticamente todas as atividades cotidianas, ao mesmo tempo em que constitui a mesma cadeia que nos liga ao mercado e a seus agenciamentos contínuos.

Por isso, acredita-se não bastar encarar o atual registro em termos da existência de uma vida capturada e em constante diálogo com o mercado. Trata-se, de fato, da vida colocada para atuar enquanto matéria-prima para processos que culminam em valorização, ou seja, a reprodução da vida em si encadeada nas redes



de conexões constitui ingrediente essencial na reprodução do capital.

Tal processo não deixa de evocar a discussão proposta por alguns autores (Lazzarato e Negri; 2001) que mostram como cada vez mais os tempos da produção de valor englobam também tempos de consumo (e os tempos da vida). Se hoje o tempo de reprodução da vida se converteu em tempo de produção de valor, isto se deu não só pelo fato de o consumo se dar nestes momentos, mas pela própria mutação no status do consumo, que se torna atividade primordial, constantemente monitorada e passível de apropriação em termos de saberes, relações e afetos que ele mobiliza. E tudo isso facilitado via processo de consumo do serviço de conexão.

Vale chamar a atenção para o fato de que estes elementos compostos e engendrados ao longo de uma cadeia sociotécnica envolvendo usuários e seus aparelhos contribuem para colocar em jogo forças poderosas que parecem ameaçar os campos de ação possível dos sujeitos envolvidos. Não estariam aí presentes forças de poder que embaralham a capacidade individual de gestão de si e dos tempos para si, pois à medida em que se opta por estar conectado à cadeia, cada um se vê obrigado a colocar sua vida à disposição de uma temporalidade que foge aos limites do controle sobre seu próprio tempo? Tais formas de poder não incidem de forma a embaralhar as capacidades de cada um na gestão de suas próprias vidas?

Porém, os campos de ação dessas formas de poder parecem ir mais a fundo, de modo a envolver cada um de nós no processo de reprodução do capital, pelos simples agenciamentos que realizamos na cadeia sociotécnica da conectividade. Mais do que o gerenciamento de comportamentos e o direcionamento de condutas e a canalização de desejos e preferências em torno de alguns produtos e serviços, os fios que nos conectam ao mercado nos tornam usuários ativos nos processos de valorização pelo simples dispêndio de nossos próprios tempos da vida com a conexão e no conseqüente engajamento em plataformas específicas, sites, aplicativos em momentos de entretenimento e prazer, fazendo-nos crer que a atuação e participação criativa nestes espaços colonizados pelo mercado foi escolha nossa. Se inteligência, afetos, desejos, engajamentos dos mais diversos, maneiras de ser, fazer e divertir-se encontram-se capturados de forma a consituírem elementos ativos na produção de valor, uma vez que circulam ativamente na cadeia de conexão da qual todos nós (inclusive o mercado) fazemos parte, parecemos estar diante de um momento do capitalismo, no qual o capital parece não só penetrar nas esferas mais infinitesimais da existência, mas também as mobilizar de forma jamais antes vista —“ele as põe para trabalhar, as explora e amplia” (Pélbart, 2009: 20).



Conclusão: sobreformas de constituição de si no ser-estar conectado

Ao longo deste artigo, inúmeros feixes interpretativos relacionados às práticas envolvendo celulares e seus usuários foram traçados. Falamos sobre um novo regime de mobilidade, que opera em termos de desterritorializações e novas gestões corporais, discutimos sobre práticas de acoplamento aos celulares que também podem ser interpretadas em termos de “ciborguização” ou espraiamento de subjetividades diante da cadeia sociotécnica que todos nós criamos e temos mantido diariamente com nossas práticas de acesso. Ainda, traçamos algumas características de novos dispositivos de poder em jogo a partir do momento em que somos responsáveis por novos processos de geração de valor ao colocarmos nossas vidas na cadeia.

Deleuze afirmou que vivemos num momento em que as relações de poder se processam em fronteiras tênues e redes flexíveis, despertando uma sensação de aparente liberdade, ao mesmo tempo em que formas de controle se fazem atuar de maneira contínua e ilimitada nos modos de vida, alimentadas pelos movimentos dos indivíduos e circulação de informações. Nada mais semelhante, portanto, ao que se apresenta aos nossos olhos, ao considerarmos que atualmente praticamente todos os momentos da vida encontram-se presos aos momentos de conexão, que não deixam de ser também ocasiões nas quais os agenciamentos com o mercado se fazem atuar. Controles modulares parecem, assim, ganhar força em consonância com o modo de funcionamento da cadeia sociotécnica da conectividade, aproveitando-se de sua característica onipresente, distribuída e, ao mesmo tempo, facilitadora da circulação de informações para colocar em ação estratégias que visam a captura das vidas e subjetividades em prol de práticas comerciais visando direcionar condutas e ações, de acordo com as características de perfis previamente construídos.

Não só os tempos de cada um passam a ser geridos e submetidos a formas diversas de controle, mas a própria vida em si, com todas as atividades que carrega, tornam-se passíveis de serem categorizadas e, conseqüentemente, moduladas e direcionadas para práticas tidas como melhores por forças difusas que atuam agora não mais no âmbito das máquinas disciplinares, mas sim das tecnologias comunicacionais. E aqui cabe se perguntar sobre como encarar esta forma de poder em diálogo com o atual contexto no qual a vida em conexão se torna, ela própria, diretamente produtiva.

Aos olhos de autores como Negri e Hardt, num momento em que a produção



torna-se coextensiva à reprodução, “envolvendo todos os elementos da vida cotidiana em prol da acumulação capitalista” (Hardt e Negri, 2001: 44), entra em cena um poder que rege e regulamenta a vida social desde dentro, seguindo-a, interpenetrando-a, assimilando-a e reformulando-a. Dessa forma, o que parece estar em jogo nesse regime de poder é a produção e reprodução da vida ela mesma.

Se podemos tomar o ‘ser-estar conectado’ enquanto condição primordial para que as vidas se tornem inseridas no domínio dos cálculos explícitos do poder, conforme aponta Foucault, seria possível interpretar o que se desenha a partir daí enquanto biopoder? Visto enquanto atrelado apenas ao corpo, aos processos biológicos e a seus potenciais tendo por objeto o corpo da população e suas condições de reprodução —de criar, administrar e controlar a vida— o biopoder parece se atualizar. Não apenas por trabalhar em termos de gestão privada dos riscos, mas também porque faz com que estes elementos operem a partir do acoplamento de tecnologias ao corpo, como aponta Sibilía (2002).

Para Hardt e Negri, o novo biopoder se atrela às capacidades de reprodução da vida cotidiana e, conseqüentemente, à conformação de afetos, desejos, inteligência e práticas que atuam ativamente no processo de acumulação capitalista. Sujeitos a se tornam-se crentes que são “gestores de si”, administrando suas potencialidades a partir das escolhas de produtos e serviços oferecidos pelo mercado e contribuindo para a geração de valor.

Acredita-se que seja possível tomar este cenário como ponto de partida para uma discussão sobre os regimes de subjetividades que atuam em consonância com formas de poder que atravessam as vidas em plena conexão. Uma vez que o ‘ser-estar conectado’ encontra-se atrelado à produção de novos elementos, que alteram a constituição da ação social, e, conseqüentemente, a novas formas de vida, ao mesmo tempo em que a cadeia sociotécnica da conectividade parece se apresentar como um dos campos de ação privilegiados desta forma de poder, há, então, que se questionar como é possível compreender as formas de subjetivação num momento em que o próprio campo de experiência e de ação cotidiana parecem inteiramente capturados pelo capital. Por um lado, pode-se recorrer à ideia de subjetividade ciborgue, uma vez que a cadeia sociotécnica revela um processo de acoplamento e hibridização entre homem-mulher-máquina, tal como pontua Haraway (2000). Neste contexto, formas ainda impensadas e inéditas no que tange à constituição identitária podem ganhar força e até subverter a atual construção da figura de sujeito soberano (Stubs, Teixeira Filhøe Peres, 2014). Por outro lado, com base no que foi discutido ao longo deste



artigo, o que se parece assistir é a emergência de corpos e subjetividades autocontrolados, inspirados no modelo empresarial (Sibilia, 2002). Lazzarato (2006) e Pélbart (2009) também pontuam como a produção de subjetividades consumidoras — subjetividades que não são fixadas em identidades específicas, mas híbridas e moduladas—atuam em consonância com o processo produtivo de nossos dias, de acordo com o que lhes é oferecido em termos de possibilidade de atuação.

A partir dessa perspectiva, é possível entender a conformação destas subjetividades consumidoras produzidas, moduladas enquanto subjetividades cada vez mais conectadas e dependentes da conexão, conformadas em meio a processos de modulação de práticas sempre voltadas à reprodução do capital. Porém, cabe admitir que elas se encontrem, de fato, completamente aprisionadas ou cabe supor que existem chances para escapar a estes agenciamentos que se fazem presentes em todos os momentos da vida cotidiana e atuam sobre o regime de gestão dela?

Se tomarmos a perspectiva colocada por Foucault nos seus últimos estudos, veremos como o espaço para a ancoragem da resistência coincide com o campo de incidência do próprio poder. Sempre haverá espaço para o que Foucault chama de contracondutas que escapem ou questionem ou resistam a esses modos de gestão das vidas, seus modos de ser e se conduzir. Ao longo desses jogos infinitesimais, móveis, reversíveis, instáveis que compõem o exercício do poder, nos é permitido colocar em ação estratégias para modificar situações para conseguir estabelecer relações numa mesma medida. Vale ressaltar que este espaço não está dado de antemão, precisa ser inventado por nós, pois a própria noção de subjetividade deve ser apreendida enquanto da ordem da produção (Deleuze e Guattari, 2002).

Destarte, se a cadeia sociotécnica da conectividade reatualiza as relações de poder e impõe novos parâmetros para a construção de subjetividades, há de se ressaltar que cabe a nós saber encontrar o ponto de equilíbrio e aprender a lidar com as possibilidades que nos têm sido colocadas. Isso significa perceber os dispositivos de captura, com os quais estamos contribuindo para nossa servidão, e traçar estratégias para nos tornarmos imperceptíveis a eles com a ajuda das próprias facilidades engendradas pela conectividade. Em outras palavras, buscar novas maneiras de ser e habitar o mundo, submetendo tais tecnologias a um processo conjunto de mútuas experimentações.

Referências bibliográficas

- AGRE, Philip E. (2001). "Changing Places: Contexts of Awareness in Computing". Em *Human-Computer Interaction*, 16(2-4), pp. 177-192. Disponível em <http://dlis.gseis.ucla.edu/pagre/>
- ARVIDSSON, Adam. (2004). "On the pre-history of the panoptic sort: mobility in market research". Em *Surveillance & Society*, 1(4). Disponível em <http://www.surveillance-and-society.org>
- BRUNO, Fernanda. (2013). *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- CASTELLS, Manuel. (1999). *A sociedade em rede. Vol. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- CHEN i-Chien. (2009). *The Mobile phone as an interpersonal Contact: From perspective of gender difference*. Disponível em <http://www.ios.sinica.edu.tw/ios/people/personal/wupaper/MobilePhone.pdf>
- DELEUZE, Gilles. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (2002). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- FOUCAULT, Michel. (1987). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, Michel. (1988.a). *História da sexualidade. I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. (1988.b). "Technologies of the self". Em Hutton, P.H., Gutman, H. e MARTIN, L.H. (eds.), *Technologies of the Self. A Seminar with Michel Foucault*, pp. 16-49. Anherst: The University of Massachusetts Press.
- FUCHS, Cristian. (2011). "Web 2.0, Prosumption and Surveillance". Em *Surveillance and Society*, 8 (3), pp. 288-309. Disponível em <http://www.surveillance-and-society.org/ojs/index.php/journal/article/view/prosumption/prosumption>
- GESER, H. (2003). *Towards a sociological theory of the mobile phone*. Disponível em http://www.socio.ch/mobile/t_geser1.htm
- GONÇALVES, M.S.; OLIVEIRA, F. R.; Pizzi, F. (2004). "Ciborgue: humano e comunicação". Em *GHREBH, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação e da Cultura e Teoria da Mídia*, Vol.2, No. 6. Disponível em <http://revista.cisc.org.br/ghrebh6/artigos/06fatima.htm#>, sin paginación.
- GRAY, Ch.; MENTOR, S.; FIGUEROA-SARRIERA, H. (1995). *The cyborg handbook*. London: Routledge.
- HARAWAY, Donna. (2000). "Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-

socialista no final do século XX”. Em HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz, *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. (2000). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. (2001). *Imperio*. Rio de Janeiro: Record.

HULME, M. e PETERS, S. (2001). “Me, my phone, and I: The role of the mobile phone”. Em *Journal of Applied Social Psychology*, Vol. 37, No. 10, pp. 2405–2434.

KANASHIRO, Marta Mourão. (2009) “Mobilidade como foco das tecnologias de vigilância”. Em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 24, No. 71, pp. 41-54.

KATZ, James. (2006). *Magick in the air: mobile communication and the transformation of the social life*. New Brunswick: Transaction Pub.

KATZ, James. (2008). *Handbook of Mobile Communication Studies*. Cambridge-London: The MIT Press.

KATZ, James; LEVER, K. M.; CHEN, F. (2008). “Mobile Music as Environmental Control and Prosocial Entertainment”. Em Katz, J. E. (ed.), *Handbook of Mobile Communication Studies*, pp. 367-388. Cambridge-London: The MIT Press.

LATOUR, Bruno. (1994). “Une sociologie sans objet? Remarques sur l'interobjectivité”. Em *Sociologie du travail*, pp. 587-607. Disponível em <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/57-INTEROBJECTIVITE-repub-FR.pdf>

LATOUR, Bruno. (1999). “Factures/Fractures From the Concept of Network to that of Attachment”. Em *Respecial issue on Factura*, No. 36, pp. 20-31.

LAZZARATO, Maurizio. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. (2001) *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A.

LE MOS, André. (2007). “Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais”. Em *Revista Matrizes*, No. 1, pp. 121-137. Disponível em <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/29/43>

LÉVY, Pierre. (1999). *O que é o virtual*. São Paulo: Editora 34.

LICOPPE, Christian e SMOREDA, Zbigniew. (2005). “Rhythms and ties: Towards a pragmatics of technologically- mediated sociability”. Em KRAUT, R., BRYNIN, M. e KIESLER, S. (eds.), *Domesticating Information Technologies*, pp. 296-324. Oxford University Press.

LICOPPE, Christian e SMOREDA, Zbigniew. (2008). “The Mobile Phone’s Ring”. Em

- KATZ, J. (ed.), *Handbook of Mobile Communication Studies*, pp. 139-152. Cambridge-London: The MIT Press.
- LING, Rich. (2002). "The social juxtaposition of mobile telephone conversations and public spaces". Em *Conference on the Social Consequences of Mobile Telephones*, Chunchon, Korea.
- LIPOVETSKY, Gilles. (2007). *A felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MC LUHAN, Marshall. (1974). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix.
- MITCHELL, W. J. (2003). *Me++*. *The Cyborg Self and the Networked City*. Cambridge-London: The MIT Press.
- PALEN, Leysia; SALZMAN, Marilyn; YOUNGS, Ed. (2000). "Going Wireless: Behavior & Practice of New Mobile Phone Users". Em *CSCW'00*, pp. 201-210. Disponível em http://wearables.cc.gatech.edu/paper_of_week/new_mobile_use.pdf
- PÉLBART, Peter Pal. (2009). *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.
- SCIRÉ, Claudia Dipolitto de Oliveira. (2014). *Vida em conexão: celulares, usuários e mercado na construção do novo social*. Tese, Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo.
- SIBILIA, Maria Paula. (2002). *O Homem Pós-orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- STUBS, Roberta; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; PERES, William Siqueira. (2014). "The power of cyborg in the assembling of modes of post-identities subjectivation: partial connections among art, psychology and gender". Em *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(3), pp. 785-801.
- TOWNSEND, Anthony. (2000). "Life in the Real-Mobile Telephones and Urban Metabolism". Em *Journal of Urban Technology*, Vol. 2, No.7, pp. 85-104.
- TURKLE, Sherry. (2008). "Always-On/Always-On-You: The Tethered Self". Em Katz, J. (ed.), *Handbook of Mobile Communication Studies*. Cambridge-London: The MIT Press.
- ZWICK, Detlev. (2009). "Manufacturing Customers: The database as new means of production". Em *Journal of Consumer Culture*, Vol. 9, No. 2, pp. 221-247.

Notas

¹ Para maiores detalhamentos sobre as novas dimensões espaço-temporais, ver Castells (1999). E para um aprofundamento sobre o fato de as tecnologias sem fio estarem

transformando as relações entre pessoas, espaços urbanos e criando novas formas de mobilidade, consultar Lemos (2007).

² Segundo a perspectiva determinista, a tecnologia seria uma força incontornável que invade a configuração societária atual, transformando as práticas sem deixar espaço para a resistência ou readaptações (Chen i-Chien, 2009).

³ Conforme aponta Lipovetsky (2007), vigiar seu corpo e seus hábitos, gerir seu capital-corpo é uma das marcas da era do desempenho. Neste regime, o que vale é ter um controle estrito da vida: fazer o tempo de cada um render da melhor maneira possível, de modo a poder executar a maior quantidade de atividades possíveis, vigiar os hábitos e se forçar a ter hábitos tidos como saudáveis, de forma a prolongar o tempo de vida; controlar as finanças, para que se consiga obter sucesso na aquisição dos próximos bens materiais e assim por diante. Coloca-se em jogo a cultura da gestão de si.

⁴ Vale ressaltar que Deleuze coloca os celulares e outros dispositivos eletrônicos que atuam em rede enquanto os dispositivos por excelência de operação destes agenciamentos de poder. Devido às extensas capacidades de armazenamento e processamento de dados inauguram-se possibilidades nunca antes vistas de controle em espaços não fixos e/ou fechados.

⁵ Neologismos que conjugam as palavras em inglês producer (produtor) e user (usuário) ou production (produção) e consumption (consumo).

Fecha de recepción: 16 de marzo de 2016. Fecha de aceptación: 16 de mayo de 2016.